

FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES INGRESSANTES NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS

Giselle Garcia de Oliveira¹ 

Evania Martins Lima² 

Fábio Júlio Alves Borges³ 

¹Graduação em História pela Universidade Federal de Goiás. Mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás. Centro de Estudos, Pesquisa e Formação dos Profissionais da Educação, SEDUC-GO. E-mail: ggoliveira2013@gmail.com

²Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Centro de Estudos, Pesquisa e Formação dos Profissionais da Educação, SEDUC-GO. E-mail: evania.emmartins@educ.go.gov.br

³Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Goiás. Mestrado em Ecologia pela Universidade de Brasília. Doutorado em Ecologia e Evolução pela Universidade Federal de Goiás. Centro de Estudos, Pesquisa e Formação dos Profissionais da Educação, SEDUC-GO. E-mail: fabiojaborges@gmail.com

Revista Educação em Contexto

Secretaria de Estado da Educação
de Goiás - SEDUC-GO

ISSN 2764-8982

Periodicidade: Semestral.

v. 3 n. 1, 2024.

educacaoemcontexto@educ.go.gov.br

Recebido em: 16/01/2024

Aprovado em: 19/03/2024

DOI:<https://doi.org/10.5281/zenodo.11945871>

Resumo

O início de uma carreira profissional é complexo e requer tempo para sua consolidação. No caso do profissional docente em estágio probatório em uma instituição pública de ensino, são inúmeros os desafios enfrentados para exercer suas funções e garantir sua efetivação. Observando essas questões é de suma importância que as redes de ensino ofereçam condições para esse fazer-se profissional. Com tais considerações, o presente relato de experiência tem como objeto de abordagem o programa de formação continuada para professores ingressantes na rede estadual de educação do estado de Goiás e tem como objetivo fazer apontamentos concretos acerca da importância dessa ação para acolher e preparar esse profissional para o exercício de suas funções em conformidade com as diretrizes institucionais e pedagógicas da rede. Fez-se uso da pesquisa bibliográfica para abordar o caráter teórico e legal da temática, além da utilização de documentos oficiais, projetos, questionários avaliativos e relatórios para abordar os dados do programa e apresentar os resultados parciais junto ao seu público-alvo. Por fim, esse relato demonstra os caminhos percorridos por esse programa ainda em curso, ressaltando a inovação e a materialização dessa política educacional e institucional na rede.

Palavras - chave: Professor ingressante. Formação continuada. Estágio probatório.

INTRODUÇÃO

Quando um professor ingressa na carreira docente, independente da rede e do nível de ensino, ele se depara com desafios e dificuldades, que vão desde infraestrutura até o fazer pedagógico. O início da carreira é fundamental na determinação da permanência e sucesso na profissão, não apenas por ser um período de adaptação, mas, sobretudo, pelas implicações decorrentes deste processo (GABARDO; HOBOLD, 2013).

Para esses autores,

(...)as primeiras experiências vivenciadas pelos professores em início de carreira têm influência direta sobre a sua decisão de continuar ou não na profissão, porque é um período marcado por sentimentos contraditórios que desafiam cotidianamente o professor e sua prática docente. (GABARDO; HOBOLD, 2013, p. 532).

Esses desafios e dificuldades que os professores enfrentam no início da carreira, provenientes da discrepância entre as expectativas que eles possuem e a realidade do trabalho que realizam, geralmente são chamados de “choque com a realidade” (VEENMAN, 1984; HUBERMAN, 1995). Outro estudo que traz contribuição em relação a essa expressão é o de Flores *et al.* (2010, p. 4) ao dizer que, o choque com a realidade escolar é “[...] a confrontação inicial com a complexidade da situação profissional, a distância entre os ideais e a realidade cotidiana e a dificuldade de trabalhar com os alunos”.

Este rápido contexto nos ajuda a compreender a importância da formação no início da carreira, pois sem esses momentos formativos, os professores terão maior dificuldade para desenvolver seu trabalho pedagógico. Por isso, a necessidade de investir em programas formativos e de acolhimentos perante as complexidades da vida moderna, como ressaltam Nascimento e Reis (2017, p. 52),

(...)os impactos dos meios de informação e comunicação, das novas configurações familiares, da incorporação da mulher ao mercado de trabalho, das mudanças nos modelos de autoridade, da banalização da violência, da desigualdade social e econômica, das tensões entre diferença e igualdade que acabam por implicar em uma multiplicidade de funções com reflexos significativos na prática docente.

Diante disso, é importante que os programas de formação continuada estabeleçam interlocuções com os professores iniciantes de modo a proporcionar novas aprendizagens, pois é nesse período que se inicia a constituição da sua identidade profissional. Ainda segundo Krug (2020), essa fase de entrada na profissão docente é considerada como o momento de maior impacto para o professor, por isso são necessárias aquisições de habilidades e competências para atuar.

Pensando nessa problemática, a Secretaria de Estado da Educação de Goiás, por meio do Centro de Estudos, Pesquisa e Formação dos Profissionais da Educação, criou um programa de formação para professores em estágio probatório, com objetivo de acolher e preparar esses profissionais para o exercício da prática docente. O objetivo deste estudo é descrever o programa de formação “Aprender para Promover Aprendizagens” e apresentar os resultados da avaliação do encontro presencial feita pelos professores que ingressaram na rede em 2023.

METODOLOGIA

O presente estudo constitui-se de pesquisa bibliográfica sobre a temática abordada, e para além desse arcabouço teórico, utilizamos fontes documentais provenientes de arquivos públicos (estaduais e nacionais) tais como: leis, documentos oficiais, projetos e relatórios que foram essenciais para a construção

do artigo, pois esse tipo de fonte documental “propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 183).

Para verificar o nível de satisfação dos professores com relação aos encontros do programa de formação “Aprender para Promover Aprendizagens”, aplicou-se um questionário (*Formulários Google*) disponibilizado no final do encontro através de um *QR Code*. Trata-se de “um instrumento de coletas de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas” fechadas (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 201) que buscam avaliar a satisfação dos professores ingressantes sobre os temas das palestras, mesas redondas e rodas de conversa. O uso desse instrumento apresenta certas vantagens, conforme assinalam Marconi e Lakatos (2003, p. 202) no que diz respeito a “uniformidade na avaliação, em virtude da natureza impessoal do instrumento”.

A elaboração de cada pergunta do questionário consiste em opções de respostas baseadas em uma escala do tipo Likert, com seis categorias variando de “0” (insatisfatório) a “5” (totalmente satisfatório). De maneira geral, as avaliações das atividades dos encontros de formação foram bastante parecidas. Por esse motivo e por questões das normas da revista, não foram apresentadas as avaliações de todas as palestras, rodas de conversa e mesas redondas. Foram considerados como satisfatório/relevante/adequado a soma das categorias 4 e 5, as somas das categorias 0, 1 e 2 como insatisfatório/irrelevante/inadequado e a categoria 3 como indiferente.

REFLEXÕES ACERCA DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma,

como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática.

Freire (1991, p. 58)

Essa é uma reflexão que, embora pensada para o educador, é cabível para toda e qualquer atividade profissional, pois constitui respeito ao tempo de fazer-se profissional em uma experiência contínua. Trata-se da oportunidade de averiguar o conhecimento adquirido no processo de formação teórica-acadêmica significando e ressignificando-o à luz da prática.

Pode-se dizer que os ingressantes em uma profissão ainda não consolidaram seus saberes e são sujeitos do tornar-se profissional, o que exige tempo e condições adequadas para demonstrarem suas competências e habilidades, bem como, para aprenderem acerca das rotinas, demandas e expectativas da instituição em que se encontram.

Para esse início e consolidação profissional é de suma importância que sejam apresentados, no âmbito institucional, programas, projetos e diretrizes que tenham como objetivo garantir ao trabalhador esse período de adequação ao cargo e suas atribuições. Trata-se da adoção de uma linguagem administrativa em torno da gestão de pessoas relacionada às funções que devem ser realizadas por profissionais qualificados para desempenhá-las eficientemente, conforme Lima e Carneiro (2013). Aplicada à gestão pública e suas instituições, implica na adoção de cuidados necessários para oferecer serviços de qualidade executados por servidores competentes.

Nesse sentido, no âmbito público, há disposições legais sobre o ingresso e permanência do trabalhador em suas funções, dentre as quais, está o estágio probatório, um período em que

(...) o novo servidor tem para desenvolver suas habilidades, conhecer o trabalho a ser desenvolvido e se identificar com ele. Serve ainda para o próprio profissional conhecer a realidade da Instituição e perceber se realmente quer seguir nesse novo caminho. (AMORIN, LUZ, SILVA, 2011, p. 3)

Especificamente, fala-se do servidor público, aquele que, aprovado em concurso, terá o direito de assumir uma vaga e passar por um período de avaliação para efetivar-se, respeitando o que está disposto no art. 41 da Constituição Federal de 1988, modificado pela Emenda Constitucional n. 19 de 1998 que também acrescenta o inciso III ao primeiro parágrafo, dispondo que o servidor será estável “(...)após três anos de efetivo exercício”, “(...) mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho (...)”. (BRASIL, 1998).

Avaliação de desempenho é o termo que configura o estágio probatório, uma vez que, por meio dele, será validado o resultado alcançado pelo candidato no concurso público. O servidor deve ser avaliado de forma metódica e organizada observando-se, conforme art. 20 da Lei 8.112/90, fatores como: assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativas, produtividade e responsabilidade.

Diante do exposto, as instituições de ordem pública devem criar programas de avaliação dos servidores ingressantes que deverão ser aplicados durante o período de estágio probatório. Essa ação, no que tange à gestão de pessoas, pode ser relacionada à busca de excelência para o que é necessário gerir competências e alcançar resultados por meio delas. (CHIAVENATO, 2008, *apud*, LIMA; CARNEIRO 2013, p. 4)

Essa busca por excelência coloca, no centro, o cidadão e a qualidade do serviço a ele prestado, vindo ao encontro do despertar da administração pública brasileira para o aprimoramento contínuo

desses serviços prestados cabendo, portanto, à gestão pública e órgãos competentes na execução de um processo avaliativo formativo com critérios potencializadores da experiência profissional.

Fundamental nesse processo é saber o porquê se está avaliando como forma de evitar a mera classificação dos servidores sem oferecer caminhos para orientar e reorientar a prática. Assim, o primeiro critério é o estímulo ao desenvolvimento do profissional para o que devem ser observados aspectos como relacionamento com a gestão; adequação ao trabalho; identificação de necessidades de aperfeiçoamento; capacitação contínua, dentre outros.

Entre os servidores alcançados pela legislação do estágio probatório estão os profissionais docentes, para os quais são aplicáveis todas as reflexões e legislações anteriores, acrescentando, ainda, o parágrafo primeiro do art. 62 da Lei 9394/96 que trata da formação do professor.

No entanto, há a especificidade desse processo de estágio probatório quando aplicado ao professor que estará sendo observado em sua prática pedagógica e, sobre isso, é possível fazer uso das palavras de Madalena Freire (1995, p. 17), “Observar uma situação pedagógica não é vigiá-la, mas sim, fazer vigília por ela, isto é, estar e permanecer acordado por ela, na cumplicidade da construção do projeto, na cumplicidade pedagógica”.

A autora contribui para dar ao período do estágio probatório mais que um aspecto burocrático, visto que se refere ao interesse de se colocar como cúmplice dessa prática, considerando contribuir com o seu processo de construção. Essa é uma perspectiva que subtrai a preocupação excessiva com a aprovação ou reprovação no estágio probatório, e direciona para um período oportuno, a longo prazo, de desenvolvimento didático-pedagógico orientado e, a curto prazo, de adaptação à cultura escolar e interação do servidor com a instituição de trabalho.

Não se discute que está posto um processo avaliativo verticalizado nesse período em que o professor é submetido ao estágio probatório, uma vez que é condição para sua efetivação e estabilidade no serviço público. Sendo assim, deverá obedecer ao programa prescrito e instituído por sua secretaria sendo acompanhado por comissão específica, além do corpo gestor escolar. Contudo, aspectos mais humanizados podem ser percebidos quando se trata de pensar a inserção desse profissional em um ambiente de trabalho em que receberá inúmeras influências que o constituirá profissionalmente. Conforme Oliveira e Hagemeyer (2018, p. 4)

A formas de trabalho docente, realizadas nas diversas fases de escolarização, têm sido descritas como atividades profissionais cada vez mais exigentes nos dias atuais. A incerteza, a imprevisibilidade, a intensificação e a multiplicidade de tarefas associadas à docência para o ensino escolar têm requisitado uma compreensão mais ampla e profunda dessa profissão, o que requer analisá-la em sua inserção em determinado contexto social, político, cultural e econômico. Essa compreensão da função social da escola e de seus profissionais implica em repensar as formas de ingresso e de avaliação no momento inicial dos profissionais na carreira docente, em busca de formas adequadas de acolhimento, de incentivo à aprendizagem do ser e *tor-nar-se* professor.

As ideias das autoras citadas impulsionam para a adoção de um programa de estágio probatório docente que não se consolida em observações rasas e preenchimento de fichas avaliativas. É preciso considerar que, por mais que os professores tenham adquirido na formação inicial os conhecimentos didáticos e pedagógicos, a prática o colocará diante das previsibilidades e

contingências da educação e do ambiente escolar, diante de demandas específicas de sua secretaria e unidade escolar.

O estágio probatório implica em aspectos burocráticos inegáveis instituídos em âmbito federal os quais devem ser observados pelas unidades federativas, sem, no entanto, significar engessamento quanto à inserção de outros aspectos que dialoguem mais de perto com as suas concepções e propostas educativas.

No estado de Goiás as prerrogativas legais do estágio probatório docente estão firmadas no DECRETO N° 9.563, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2019 o qual dispõe que essa avaliação deverá ser realizada pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho do Professor – CAEDP. Ainda, no mesmo Decreto, fica estabelecido que diretores, coordenadores e professores em estágio participarão do ciclo de apreciação de desempenho preenchendo os formulários de registro e aferição. (GOIAS, 2019)

Quanto aos requisitos básicos da avaliação, o referido Decreto aproxima-se do que está disposto no art. 20 da Lei Federal 8.112/90, apontando para a iniciativa, a assiduidade e pontualidade, o relacionamento interpessoal, o comprometimento com o trabalho e a eficiência. Pensa-se em um profissional docente que proponha ideias, assuma desafios, se comprometa com a rotina e eventualidades escolares, com a qualidade da educação na adoção de metodologias diversificadas e motivadoras e com o enriquecimento do ambiente escolar agindo de forma interativa e respeitosa.

Seguindo essas e as demais prerrogativas já apresentadas, implementa-se, no estado de Goiás um programa de estágio probatório docente com vista à avaliação, acolhimento e qualificação dos professores ingressantes na rede estadual de educação, respeitando o novo servidor em seus saberes, bem

como preparando-o para uma experiência profissional segura, orientada e eficaz.

APRENDER PARA PROMOVER APRENDIZAGENS: PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA DOCENTES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO NA SEDUC-GO

O Programa de Formação Continuada para Docentes em Estágio Probatório é uma proposta da Secretaria Estadual de Educação de Goiás – SEDUC-GO, coordenado pela equipe da Superintendência de Apoio ao Desenvolvimento Curricular (SUPADEC) através do Núcleo do Centro de Estudos, Pesquisa e Formação dos Profissionais da Educação (CEPFOR) em parceria com a Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (SGDP)/Gerência de Acompanhamento e Avaliação do Desempenho do Servidor e Gestores Escolares (GEAADS). Tem a finalidade de ofertar aos docentes aprovados no concurso público de 2022¹ um período de formação pedagógica integrado com as diretrizes da legislação em torno dessa temática, de forma comprometida com os requisitos que a função exige, visando, sobretudo, o desenvolvimento profissional dos professores e, conseqüentemente, a garantia da qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

Considera-se essencial que o professor recém nomeado pela SEDUC-GO, independentemente do nível de experiência profissional em que se encontra, necessita de um acolhimento institucional para se apropriar das normas e diretrizes que regem o servidor da educação, bem como conhecer o arca-

bouço teórico, prático e pedagógico que orienta a educação do estado de Goiás. Este contexto vai ao encontro das ideias de García (1991, p. 22) ao dizer que “dado que o ensino, a docência, se considera uma profissão, é necessário[...] assegurar que as pessoas que exercem tenham um domínio adequado da ciência, técnica e arte da mesma”.

Sendo assim, em junho de 2023 foi proposto o Programa de Formação Continuada para Docentes em Estágio Probatório: Aprender para Promover Aprendizagens, que será desenvolvido entre os anos de 2023 a 2026, dividido em 6 (seis) semestres, composto de 4 (quatro) ações, sendo: 1) Encontro presencial inicial de 16 horas de formação e acolhida dos docentes; 2) Oferta de cursos no formato em EAD totalizando uma jornada de 300 a 400 horas, durante os 3 anos de duração do estágio probatório²; 3) Inserção dos professores nos grupos de estudos do Programa de Formação em Pares; 4) Avaliação docente realizada pela Gerência de Acompanhamento e Avaliação do Desempenho do Servidor e Gestores.

Durante esse período relativo ao estágio probatório, os resultados da avaliação de desempenho do professor em estágio probatório serão integrados por meio da GEAADS e serão observados os requisitos de participação efetiva no referido programa ofertado pelo CEPFOR, considerando os resultados individualizados, oriundos da média obtida nos cursos em EAD e dos feedbacks dos professores de apoio pedagógico.

A seguir, é descrito um breve panorama das ações coletivas desse Programa e algumas análises, com a perspectiva de ressaltar a importância do

¹Concurso Público para provimento de vagas no cargo de Professor nível III do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC em 2022, conforme o edital nº 007 – SEAD/SEDUC, de 15 de julho de 2022 com as retificações, publicadas no DOEGO nº 23.848, de 1 de agosto de 2022 e DOEGO nº 23.857, de 12 de agosto de 2022.

²Importa ressaltar que a carga horária dos cursos poderá ser utilizada para comprovar o recebimento do Auxílio Aprimoramento Continuado.

acolhimento e da formação técnica e pedagógica aos professores ingressantes na rede.

Encontro presencial inicial - formação e acolhida dos docentes

O percurso inicial desse Programa aconteceu nos dias 19, 20 e 21 de julho de 2023, com a realização do primeiro encontro formativo e acolhedor intitulado “Aprender para Promover Aprendizagens”. O evento aconteceu no auditório da Seduc e foi direcionado especialmente aos docentes convocados no primeiro semestre do ano de 2023, perfazendo um total de 16 horas e coordenado pela equipe do CEPFOR. Os encontros formativos posteriores aconteceram no segundo semestre de 2023, nas seguintes datas, a saber: 16, 17 e 18 de

agosto, 18, 19 e 20 de setembro e 09 e 10 de novembro de 2023.

As temáticas dos encontros (ver Quadro 1) foram centradas nas questões relativas aos aspectos didáticos-pedagógicos (planejamento, metodologia, gestão de sala de aula e avaliação), no perfil do professor do Século XXI, na estrutura organizacional da SEDUC-GO, das Coordenações Regionais de Educação e das Unidades Escolares, contemplando as dimensões administrativa e financeira referentes à ação educacional, a avaliação de desempenho e os sistemas de monitoramento: SIGE e SIAP e a legislação que rege o servidor e nas políticas educacionais do Estado de Goiás.

Para o ano de 2024, no primeiro e segundo semestres estão previstos esses encontros formativos presenciais retomando essas abordagens ditas anteriormente.

Quadro 1 – Temas desenvolvidos nos Encontros Formativos

Temas	
1	Organização do Trabalho Docente
2	Organização do Trabalho Pedagógico da Educação Básica
3	Os desafios do Professor da Escola Pública do Séc. XXI
4	Apresentação do Plano de Trabalho da Diretoria de Política Educacional
5	Apresentação do Plano de Trabalho da Diretoria Administrativa
6	O perfil do professor do século XXI
7	O Conhecimento Pedagógico do Professor

Fonte: autores

Oferta cursos na modalidade EAD

A segunda ação constitui na realização de cursos de aperfeiçoamento na modalidade de ensino à distância ofertados pela Escola Virtual CEPFOR. Os cursos ofertados aos professores e pedagogos (ver Quadros 2 e 3) estão organizados em temáticas focais importantes

para a realização de um trabalho docente que imprima a qualidade vislumbrada pela SEDUC-GO.

Os professores ingressantes na rede irão participar desses cursos por meio da plataforma do Moodle³. Os professores acessam o site, procuram pelos cursos ofertados para este propósito e realizam sua auto-inscrição. Esse acesso é bastante intuitivo e os usuários utilizam os números de seus CPFs para tal.

³Para realizar os cursos em EAD do CEPFOR/SEDUC-GO é preciso acessar o link <https://escolavirtual.educacao.go.gov.br>

Quadro 2 – Cursos ofertados aos professores em estágio probatório na plataforma Escola Virtual do CEPFOR

Temáticas		Carga horária
1	Legislação Educacional, Leis e Diretrizes da Educação de Goiás, Planejamento educacional;	+ - 60 horas
2	Gestão de sala de aula	+ - 40 horas
3	Didática e Metodologia	+ - 40 horas
4	DCGO – Ampliado	+ - 40 horas
5	DCGOEM	+ - 40 horas
6	Avaliação da Aprendizagem Escolar	+ - 40 horas
7	Avaliação externa	+ - 40 horas
8	Desenvolvimento Profissional	+ - 20 horas
9	Formação em Pares	+ - 40 horas
Total de horas de formação		300 a 400 horas

Fonte: autores

Quadro 3 – Cursos ofertados aos pedagogos em estágio probatório na plataforma Escola Virtual do CEPFOR

Temáticas		Carga horária
1	Identidade Profissional: perfil e atribuições dos coordenadores pedagógicos	+ - 60 horas
2	Planejamento e Plano de trabalho	+ - 40 horas
3	Projeto Político-Pedagógico	+ - 40 horas
4	Teoria e Metodologia de Ensino	+ - 40 horas
5	Concepções de Formação Continuada	+ - 40 horas
6	Uma gestão voltada para o avanço contínuo da aprendizagem dos estudantes	+ - 40 horas
7	As competências socioemocionais	+ - 40 horas
8	Desenvolvimento Profissional	+ - 20 horas
9	Formação em Pares	+ - 40 horas
Total de horas de formação		300 a 400 horas

Fonte: autores

Inserção no Programa de Formação em Pares

Os professores ingressantes de Língua Portuguesa e Matemática terão a oportunidade de participar do Programa Formação em Pares, que tem a finalidade de promover a Formação Continuada para que pos-

sam (re)significar a atuação docente no processo de ensino-aprendizagem por meio do diálogo entre pares. O CEPFOR é responsável em coordenar, organizar e desenvolver o processo formativo em rede com o foco no material pedagógico REVISA⁴, perpassando os quatro eixos: *Currículo, Planejamento, Metodologia e Avaliação*.

⁴O REVISA GOIÁS é um material estruturado de forma dialógica e funcional com o objetivo de recompor as aprendizagens e, consequentemente, avançar na proficiência. Na elaboração das atividades inéditas que compõem o caderno, considera-se a matriz referência de descritores SAEB, associada ao documento curricular de Goiás e orientada a partir dos resultados das avaliações externas SAEGO e SAEB. Esses materiais são encaminhados bimestralmente, uns impressos e outros no formato digital, compostos pelos cadernos do Professor e do Estudante que, estão organizados por componentes curriculares (Matemática e Língua Portuguesa e História) e áreas dos conhecimentos (Ciências da Natureza/Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas). Sendo que, essas duas áreas do conhecimento, o REVISA do 9º ano do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio serão disponibilizados apenas em formato digital.

A avaliação dos docentes

O ciclo de avaliação de desempenho para os professores da rede pública estadual de ensino de Goiás em período de estágio probatório está regido pelos decretos nº 9.396 e nº 9.563 em conformidade com a Lei nº 13.909, de 25 de setembro de 2001 e está a cargo da Gerência de Acompanhamento e Avaliação do Desempenho do Servidor e Gestores (GEAADS). Além do disposto nos decretos, os professores e pedagogos precisam preencher o formulário de avaliação que está disponível no Portal de Avaliação do Servidor (PAV) conforme as orientações, prazos e outros. Vale ressaltar, que esse processo de avaliação de desempenho e dos eventos formativos serão realizados em conjunto com as coordenações de todos os setores da SUPADEC/CEPFOR e a SGDP/GEAADS.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados aqui são parciais e se referem a avaliação do encontro presencial de 16h, feita pelos professores que iniciaram na rede em 2023. O programa Aprender para Promover Aprendizagens encontra-se em andamento e está prevista a entrada de cerca de 4.000 professores na rede distribuídos entre os anos de 2024, 2025 e 2026. Todos deverão participar do encontro presencial e, posteriormente, ao longo dos três anos do estágio probatório, dos cursos online mencionados anteriormente nos quadros 2 e 3.

Em 2023, 1.072 professores ingressaram na rede estadual de educação de Goiás. Destes, 1.047 participaram da formação presencial inicial (16 horas), divididos em quatro turmas, como mencionado no tópico anterior. A primeira turma contou com 278 professores, a segunda com 268, a terceira com 241 e a quarta com 260. A formação presencial trouxe à pauta os âmbitos da escola e a forma como a Seduc faz a gestão da rede

estadual de educação de Goiás. Por meio de palestras, mesas redondas e rodas de conversas foram abordados temas como estatuto do servidor, estrutura organizacional e funcionamento da SEDUC – GO, planejamento pedagógico e organização do trabalho docente e os desafios e perfil do professor no século XXI.

No total, 503 professores responderam ao questionário. Destes, 91% (somatória das categorias 4 e 5) disseram que os temas tratados na formação são relevantes para sua prática profissional (Figura 1). Com relação as estratégias utilizadas no encontro formativo, 87% dos professores as avaliaram como adequadas (Figura 2). 86% dos professores assinalaram que se sentem confiantes em adequar as experiências e temas discutidos no encontro para o contexto de suas aulas (Figura 3).

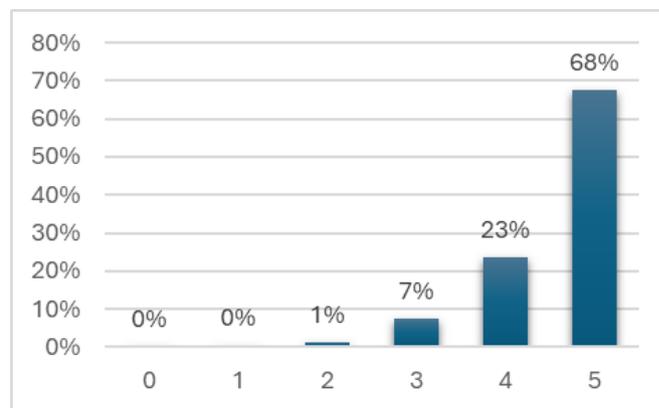


Figura 1. Em uma escala de 0 a 5, sendo “5” muito relevante e “0” irrelevante, como você avalia a relevância dos temas trabalhados nesse encontro formativo para a sua prática profissional?

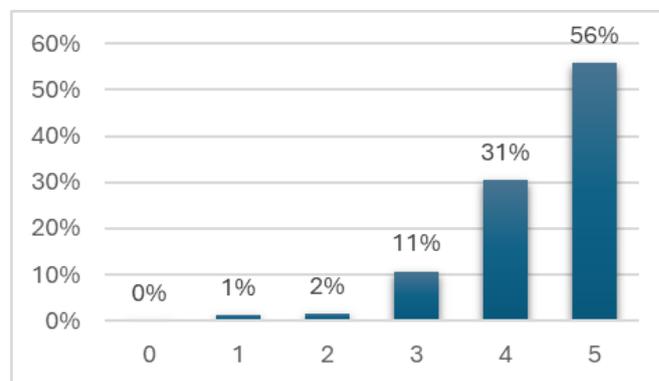


Figura 2. Em uma escala de 0 a 5, sendo “5” totalmente adequadas e “0” inadequadas, como você avalia as estratégias formativas utilizadas durante a formação?

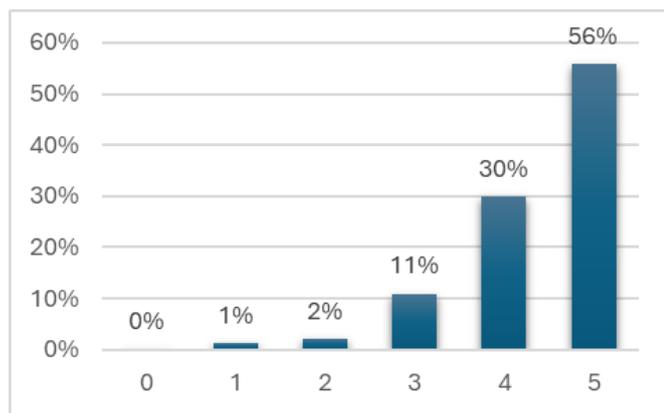


Figura 3. Em uma escala de 0 a 5, sendo “5” totalmente confiante e “0” nenhuma confiança, assinale o quanto você se sente confiante em adequar as experiências e temas discutidos para o contexto de suas aulas.

Esse momento de acolhida e formação dos professores no início de suas carreiras nas redes de ensino é fundamental, pois a formação inicial não consegue prepará-los para os desafios da realidade escolar. Sabemos que as condições de ingresso e a falta de políticas de integração impactam sobremaneira o desenvolvimento docente (SILVA; BIOTO, 2023). De acordo com Marcelo (1998) alguns estudos têm mostrado que um dos principais motivos de abandono da docência são as dificuldades enfrentadas durante o estágio probatório. Nesse período, os professores enfrentam desafios, expectativas e inseguranças sobre como lidar com as responsabilidades de seu trabalho (CASPERSEN; RAAEN, 2014). Diante disso, o apoio institucional recebido durante os primeiros anos de docência é essencial para assegurar que o professor esteja motivado e comprometido com sua profissão (MARCELO, 2010).

Sobre a roda de conversa “O papel da escola e do professor na formação dos estudantes”, com a participação de estudantes do ensino médio, 85% dos professores avaliaram a discussão do tema como satisfatória (Figura 4). Os principais desafios da prática dos professores iniciantes envolvem a comunicação com

os alunos, os procedimentos para ensinar os conteúdos e a insegurança no enfrentamento de situações novas (ALLIAUD, 2014; PAPI, 2011). Nessa roda de conversa os professores tiveram a oportunidade de ouvir estudantes e professores experientes sobre como lidar com esses desafios, de modo a se sentirem mais seguros em relação a sua prática.

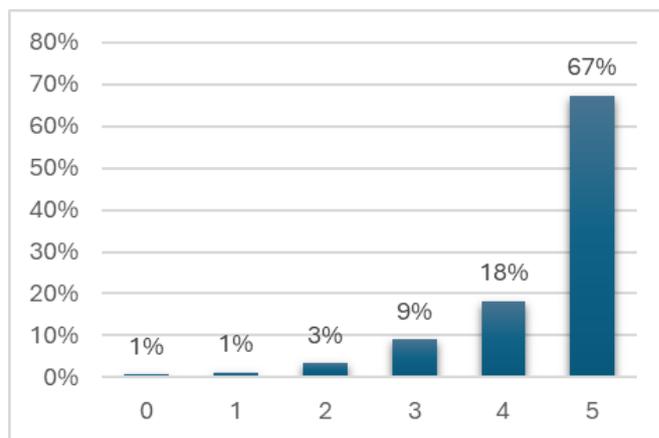


Figura 4. Sobre a Roda de Conversa “O Papel da escola e do professor na formação dos estudantes”. Em uma escala de 0 a 5, sendo “5” totalmente satisfatória e “0” insatisfatória, como você avalia a pertinência do tema discutido?

Com relação a palestra “O conhecimento pedagógico do professor da rede pública de ensino”, 93% dos professores declararam que o tema discutido foi satisfatório (Figura 5). Essa quase totalidade de satisfação com o tema pode ser explicada pelo fato de que os professores em início de carreira são carentes de conhecimento pedagógico, apresentando dificuldades em saber quais estratégias são mais eficientes para se trabalhar determinado conteúdo (CIRÍACO; MORELATTI, 2016). Professores em início de carreira apontam a existência de uma desconexão entre os conhecimentos acadêmicos e a dimensão prática da formação docente (NASCIMENTO; REIS, 2017). Isso ocorre porque muitas vezes os

programas de formação inicial acabam priorizando os conhecimentos específicos ou não fazem a ligação necessária entre conhecimentos específicos, conhecimentos pedagógicos e a realidade escolar (BARBOSA; BARBOZA, 2019).

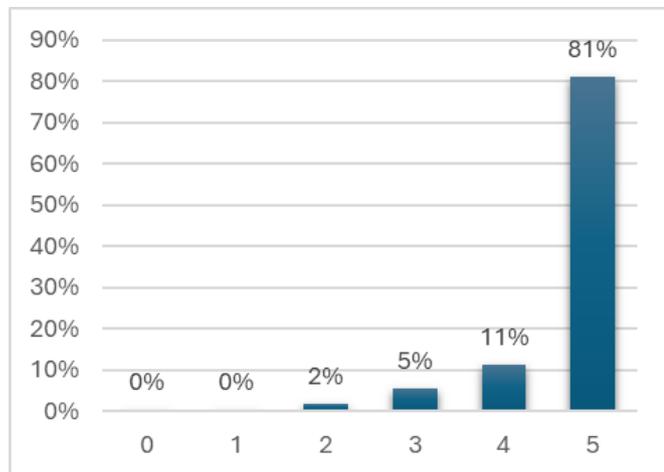


Figura 5. Sobre a Palestra “O conhecimento pedagógico do professor da rede pública de ensino”. Em uma escala de 0 a 5, sendo “5” totalmente satisfatória e “0” insatisfatória, como você avalia a pertinência do tema discutido?

A respeito da palestra “O planejamento pedagógico e a organização do trabalho docente”, 92% dos professores avaliaram a pertinência do tema como satisfatória (Figura 6). A falta de conhecimentos para a elaboração do planejamento de ensino é uma das principais dificuldades encontradas pelos professores iniciantes na educação básica (KRUG, 2020). A ação de planejar o trabalho docente é vista como um desafio por professores em início de carreira (ABRÃO *et al.*, 2023). De acordo com Krug, Krug e Krug (2023) as dificuldades na elaboração do planejamento de ensino dos professores iniciantes está, prioritariamente, ligada à variável pedagógica. Desse modo, saber fazer um bom planejamento de ensino é uma das necessidades formativas de professores em estágio probatório (KRUG *et al.*, 2019).

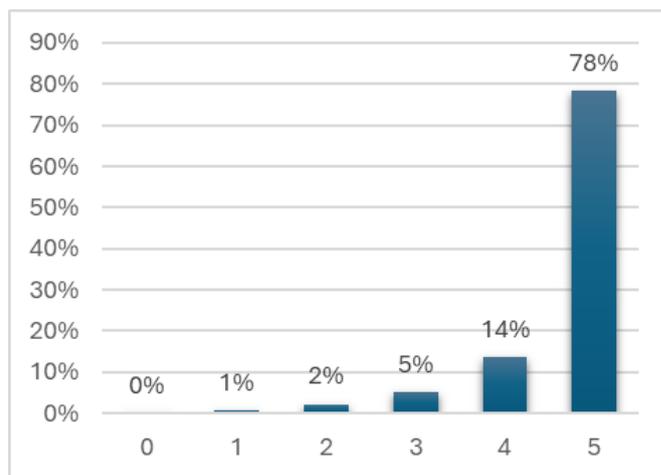


Figura 6. Sobre a Palestra “O planejamento pedagógico e a organização do trabalho docente”. Em uma escala de 0 a 5, sendo “5” totalmente satisfatória e “0” insatisfatória, como você avalia a pertinência do tema discutido?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação do Programa “Aprender para Promover Aprendizagens” na rede estadual de educação de Goiás tem mostrado, mesmo que de forma ainda parcial (pois, se estende até 2026), a importância da formação inicial ofertada aos docentes recém-empossados, possibilitando qualificar as práticas educativas na sala de aula com o objetivo de melhorar suas habilidades e competências em relação ao ensinar e aprender, além de esclarecer quanto à estrutura organizacional da SEDUC-GO e a legislação que rege o servidor e, as políticas educacionais do Estado de Goiás.

É importante ressaltar que, por se tratar de um Programa em fase de implementação, ainda apresenta alguns desafios a serem superados. No entanto, a materialização dessa política educacional e institucional na rede é algo inovador e essencial, sobretudo diante dos depoimentos e das avaliações dos questionários respondidos pelos professores ingressantes sobre o encontro presencial. De maneira

geral, pode-se concluir que as temáticas discutidas nas atividades organizadas foram satisfatórias e têm grande potencial para contribuir com a prática pedagógica e com a permanência dos professores ingressantes na rede.

Os dilemas e dificuldades que o professor enfrenta no início da carreira são complexos e abrangentes, de maneira que um curso de formação dificilmente será capaz de resolvê-los por completo. Por isso, é importante que a SEDUC - GO, junto com suas unidades escolares, ofereça um espaço de formação

que proporcione trocas de experiências, orientações e direcionamentos no sentido de minimizar as dificuldades e atender as necessidades específicas que surgem no início da carreira docente.

Vale ressaltar que esse programa de formação implementado no período de estágio probatório descende de uma visão abrangedora e estratégica por parte da atual gestão da SEDUC - GO, que acredita ser uma proposta legítima, pois demonstra compromisso com a formação continuada dos professores ingressantes.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, F. S. *et al.* Desafios e reflexões no início da carreira docente: um olhar sobre o planejamento. **Latin American**, v. 14, n. 2, p. 190-203, 2023.

ALLIAUD, A. Las políticas de desarrollo profesional del profesor principiante em el programa de acompañamiento de docentes noveles em su primera insérción laboral de Argentina. **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, n. 56, p. 229-242, 2014.

AMORIN, T. N. G. F.; LUZ, L. C, S. da; SILVA, L. B.. Estágio probatório: contribuição efetiva para o servidor público? **Administração Pública e Gestão Social**, v. 3, n. 4, 2011.

BARBOSA, D. E. F.; BARBOZA, P. L. Como professores iniciantes percebem o que fazem na sala de aula de matemática. **Educação Matemática em Pesquisa**, v. 21, n. 12, p. 335-352, 2019.

BRASIL. **CASA CIVIL**. EMENDA CONSTITUCIONAL N. 19, DE 04 DE JUNHO DE 1998. Disponível em; https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm. Acesso em; 23 abr. 2024.

CASPERSEN, J.; RAAEN, F. D. Novice teachers and how they cope. **Teachers and Teaching: Theory and Practice**, London, v. 20, n. 2, p. 170-211, 2014.

CIRÍACO, K. T.; MORELATTI, M. R. M. Problemas experienciados por professoras iniciantes em aulas de matemática. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 3, p. 267- 280, 2016.

FLORES, P. P. *et al.* O percurso profissional de professores de Educação Física Escolar de Santa Maria, RS. **Revista Digital Lecturas: Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, a.15, n. 147, p. 1-28, ago. 2010.

GABARDO, C. V.; HOBOLD, M. S. Professores iniciantes: acolhimento e condições de trabalho. **Revista Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v. 8, n. 2, p. 500-549, mai./ago. 2013.

GARCÍA, C. M. Estrutura conceitual da formação de professores. In: GARCÍA, C. M.. **Formação de professores para uma mudança educativa**. Lisboa: Porto Editora, 1991. p. 18-68.

GOIÁS. **SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL**. DECRETO N° 9.563, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2019. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/71594/pdf>. Acesso em: 23 abr. 2024.

_____. **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**. Programa de Formação Continuada para Docentes em Estágio Probatório Aprender para Promover Aprendizagens. Goiânia, 2023.

HUBERMAN, M. O ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, A. (Org.). **Vidas de professores**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1995. p.31-61.

FREIRE, M. (coord.). **Observação, registro, reflexão: instrumentos pedagógicos I**. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1995.

KRUG, H. N. *et al.* Necessidades formativas de professores de Educação Física iniciantes na Educação Básica. **Revista Querubim**, Niterói, v. 4, n. 38, p. 23-31, 2019.

KRUG, H. N. Apontamentos sobre a fase de entrada na carreira docente em Educação Física: o choque com a realidade escolar. **Revista Gestão Universitária**, Belo Horizonte, p. 1-13, jan. 2020.

KRUG, H. N.; KRUG, R. R.; KRUG, M. R. O planejamento de ensino de professores de educação física iniciantes na educação básica: dificuldades e consequências. **Form@re**, v. 11, n. 1, p. 31-45, 2023.

LIMA, I. F.; CARNEIRO, A. P. Linard. Gestão de pessoas na administração pública: pessoas competentes, melhores resultados. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, ano MMXI, N°. 000001, 10/07/2013.

MARCELO, C. Pesquisa sobre formação de professores: o conhecimento sobre aprender e ensinar. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 9, p. 51-75, 1998.

_____. O professor iniciante, a prática pedagógica e o sentido da experiência. **Revista Brasileira de Formação Docente**, Belo Horizonte, v. 3, n. 3, p. 11-49, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, p. 174-214, 2003.

NASCIMENTO, M. G. C. A.; REIS, R. F. Formação docente: percepções de professores ingressantes na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 49-64, 2017.

OLIVEIRA, A. A. L.; HAGEMeyer, R. C, C. As apropriações da profissão docente no estágio probatório: em busca de lógica para além da avaliação de desempenho. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 13, n. 2, 2018.

PAPI, S. O. G. **Professoras iniciantes bem-sucedidas**: um estudo sobre seu desenvolvimento profissional. Curitiba. 2011. 300 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2011.

SILVA, C. S.; BIOTO, P. A. Políticas de integração docente: tornando o desafio em formação colaborativa aos professores ingressantes. **Humanidades & Tecnologia** (FINOM), v. 42, out./dez. 2023.

VEENMAN, S. Perceived Problems of beginning teachers. In: **Review of Educational Research Summer**, v. 54, n. 2, 1984, p.143-178. In: SOUZA, D. B. Os dilemas do professor iniciante: reflexões sobre os cursos de formação inicial, Revista Multidisciplinar da UNIESP, n. 8, dez. 2009.